



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



PROPOSTA DO SIMPÓSIO TEMÁTICO:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LÍNGUA(S):

DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

Claudia CASTELLANOS PFEIFFER¹
Mariza VIEIRA DA SILVA²

RESUMO: O presente Simpósio propõe-se reunir trabalhos filiados aos estudos produzidos na área de História das Ideias Linguísticas e/ou de Análise de Discurso que se ocupem da reflexão e discussão de políticas públicas de língua(s) dirigidas à Educação Básica, aí estando incluídas as políticas curriculares, como a BNCC, as de formação de professores, as de instrumentação do ensino-aprendizagem, as de avaliação: políticas que configuram, por meio de sua textualidade, direções de sentido específicas para educação, escola, ensino de língua, professor, aluno, homogeneizando-as, naturalizando-as. Nesse sentido, temos por objetivo compreender, discursivamente, os diferentes e/ou mesmos modos de textualização dessas políticas em formações discursivas heterogêneas, referidas a formações ideológicas, como um funcionamento argumentativo construído na relação do dito, com o não dito e o já dito, ou seja, no nível da formulação dessas políticas. Para nós, a prática linguístico-pedagógica, em suas diferentes dimensões, é uma relação de atribuição de sentidos entre sujeitos na função de leitor e de autor, mediados e determinados por relações entre o simbólico e o político, entre o saber e o poder, que se estabelecem entre demandas externas de diferentes grupos sociais e conceitos e teorias em sua historicidade. Essa relação entre Ciência e Estado, disseminada e fortalecida sobremaneira na redemocratização do País, significou uma mudança de paradigma na história das ideias linguísticas, sustentada por uma linguística tida como científica, independente da tradição normativa e filológica, significada como uma tradição em que se desconsiderava a realidade e interesse dos alunos, que levava ao preconceito contra as formas não padrão, a um ensino descontextualizado da metalinguagem. Nessa relação entre saber e poder, devemos também considerar como condições de produção desse funcionamento argumentativo as mudanças internacionais do capitalismo e do mercado de trabalho, a chegada das novas tecnologias, a urbanização crescente, exigindo novos processos de subjetivação, de identificação, de estabelecimentos de laços sociais. Assim, discursivamente, a argumentação não é da ordem do intencional, mas sim um gesto da ordem do interdiscurso, em uma relação de memória e atualização, de deslocamentos e de repetições, de paráfrase e polissemia. Lembrando que estas relações são heterogêneas, moventes, contraditórias e vão construindo um solo discursivo sobre o qual algumas estabilizações se estabelecem como evidências de uma unidade e homogeneidade de indivíduos e objetos, de línguas e de práticas. Esse processo é que precisa ser opacificado de modo a compreendermos o que o sustenta e de modo a vislumbrarmos as divisões e contradições nele silenciadas, apagadas.

¹ Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da UNICAMP (claupfe@gmail.com)

² Pesquisadora Vinculada ao Laboratório de Estudos Urbanos da UNICAMP (marizavs@uol.com.br)

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Saber/Poder. Discurso. Argumentação.



RESUMOS APROVADOS:

BNCC E POLÍTICAS LINGUÍSTICO-EDUCACIONAIS: EFEITOS DE SENTIDOS SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Adielson Ramos de CRISTO
(UFRB)

RESUMO: Nos últimos anos no Brasil, a temática da educação dos surdos tem ganhado mais evidência, em virtude, sobretudo, (i) da Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; (ii) da Lei 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; (iii) do Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei 10.436 e o Art. 18 da Lei 10.098; (iv) do Decreto 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; (v) e do Decreto 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Estes dispositivos legais e os documentos que deles resultam não apenas reconhecem a Libras como uma “língua oficial” do nosso país, mas também sustentam, no âmbito jurídico, aquilo que a Linguística já havia anunciado: o reconhecimento da(s) língua(s) de sinais como língua(s) natural(is), bem como o reconhecimento de sua autonomia em relação às línguas orais (STOKOE, 1960). Por um lado, o surgimento desses dispositivos legais visa a garantia de direitos das pessoas surdas; por outro, seu “(não) funcionamento” põe em evidência o efeito da contradição. Há que se estabelecer uma relação entre a instituição dos instrumentos jurídicos e o(s) efeito(s) de seu funcionamento em nossa formação social. É preciso, pois, compreender que relações estes instrumentos instituem no funcionamento dos discursos sobre a surdez e a Libras, o que nos permite compreender, quais sentidos eles repetem, quais deslocam e quais confrontam. Assim, tomando como base esta problemática inicial e como ponto de ancoragem teórica a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguística, objetivo pensar o modo como os sentidos de língua são mobilizados na relação entre políticas educacionais de inclusão e políticas linguísticas como políticas públicas de Estado. Isto é, objetivo compreender os efeitos de sentidos sobre a Libras em documentos nacionais/oficiais como a BNCC, que se propõe a normatizar e definir “[...] o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...]”. (BRASIL, 2017, p. 7, grifos do autor). Assim, questiono, entre outras coisas, como o (não) comparecimento efetivo da Libras neste dispositivo normativo-educacional se “con-forma” com os sentidos de formulação como “formação humana integral”, “construção de sociedade justa, democrática e inclusiva”, “igualdade, diversidade e equidade”.

Palavras-chave: Libras. BNCC. Discurso. Inclusão.

HORIZONTES DE PROJEÇÃO (DE UM SABER) SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA

Ana Cláudia Fernandes Ferreira
IEL/Unicamp

RESUMO: Este trabalho propõe estudar a constituição de horizontes de projeção (Auroux, 1992; Chiss & Puech, 1999) que apontam para a (in)existência da língua brasileira em discursos diversos que constroem saberes sobre as línguas do/no Brasil. Para esse estudo, consideramos a exogramatização de línguas indígenas e africanas, bem como a endogramatização brasileira do português (Auroux, 1992; Guimarães, 1996; Nunes, 1996; Orlandi & Guimarães, 1998; Mariani, 2004) como processos que, ao produzir saberes sobre as línguas do/no Brasil, também produziram um *não saber* sobre elas, ao mesmo tempo em que, pelo confronto com a alteridade, desembocaram em formulações e descrições que deram existência a uma língua outra (Dias, 1996; Orlandi, 1985, 2009; Ferreira & Faria, 2016), por vezes nomeada de *língua brasileira*. De uma perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, realizamos um *trabalho de arquivo* (Pêcheux, 1982; Guillaumou & Maldidier, 1984; Ferreira, 2013a) sobre textos diversos (gramáticas, projetos de lei, pareceres, opiniões, entrevistas, textos constitucionais, textos científicos, textos humorísticos) produzidos no Brasil em diferentes momentos (séc. XIX ao XXI). Em seguida, por meio de *recortes* (Orlandi, 1984) sobre os textos do arquivo, analisamos o funcionamento de diferentes discursividades que delinham saberes linguísticos e que apontam para a (in)existência da *língua brasileira*. Discursos estes produzidos tanto em domínios mais legitimados, como os da gramática histórica, da linguística, do Estado, da imprensa, etc., quanto em domínios menos legitimados, estando marcados por uma autoria imprecisa ou anônima (De Certeau, 1980). Esse percurso analítico permitirá mostrar como, apesar das inúmeras políticas linguísticas que oficializaram e institucionalizaram a língua portuguesa no Brasil, a questão da língua brasileira insiste em retornar e se projetar, sendo sustentada por argumentos diversos, sob diferentes filiações e a partir de distintos espaços de constituição do saber linguístico, incluindo aí os *saberes linguísticos cotidianos* (Ferreira, 2019a). Espaços de constituição de saberes também habitados por *políticas linguísticas ordinárias*: práticas inconscientes (produzidas pela ideologia e pelo político, na história) nas quais o sujeito falante *desvia* de uma língua imposta (pela gramática, pela linguística, pela ciência, etc.), para fazer funcionar, numa relação de tensão e contradição, a língua que lhe é negada (Ferreira, 2019b; Ferreira & Dias 2019c). Com esse trabalho, será possível compreender como a constituição de horizontes de projeção que escapam aos sentidos construídos para o nome *língua portuguesa*, tornam necessário que se pergunte sobre a existência de outro nome: *língua brasileira*.

PALAVRAS-CHAVE: Horizontes de Projeção. Língua Brasileira. Saberes linguísticos. Políticas linguísticas ordinárias.

ESCOLARIZAÇÃO DO/NO ESPAÇO DE TRABALHO

Bruna DELGADO (IEL-UNICAMP)
brunacdelgado@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho é um breve recorte do que desenvolvo em meu projeto de tese, voltado, em partes, para a reflexão sobre o funcionamento amplo, heterogêneo e polêmico da “educação”, quando deslocada do seu locus institucional (as escolas) para o corporativo (as empresas). Ainda que a busca por uma completude (início, meio e fim) esteja marcada apenas por um efeito, busco compreender “quando” as circunstâncias históricas possibilitaram que a presença atual – e sempre polissêmica – de expressões como: “Educação Profissional”, “Educação Corporativa”, “Educação Empresarial”, entre outras práticas e suas discursividades, passassem a circular fortemente em nossa sociedade. Ora, como se dá o processo de configuração da evidência de que é papel das empresas educar seus funcionários? Olhar para a História da Educação no Brasil foi inevitável e nela encontrei a urbanização e, mais fortemente, a industrialização como fatores determinantes para o início significativo desse fenômeno. O conjunto de trabalhos analisados, filiados às áreas da Educação, História e Administração aponta que o governo de Vargas é considerado um marco no imaginário na Educação Profissional no Brasil. Vinculada aos pressupostos da História das Ideias Linguísticas brasileira, que se aproxima teórica e metodologicamente da Análise de Discurso materialista, busco olhar para a proposta de Educação Profissional na relação com as políticas de Estado, observando como se dá a argumentação entre Trabalho, Escola e Cidade. Para tanto, tomo a Revista IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) – um veículo impresso pelo grupo formado pela elite industrial paulista, especificamente a seção “Seleção e Educação Profissional”, na década de 30 – olhando para a construção do saber sobre o que é ser um sujeito-trabalhador nesse momento e como se dá essa relação com a língua, com a constituição da própria língua ou, ainda, com a relação do sujeito com um saber à língua. Que lugar a língua ocupa nas políticas nesse momento? Chego à compreensão de que essa Educação Profissional é da ordem de uma política de Parceria Público-Privada (PPP’S), de que a racionalização dos profissionais se dá por meio das políticas de Ensino. A escola se faz uma instituição incontornável, existe um processo de escolarização do e no espaço de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. História das Ideias Linguísticas. IDORT. Parceria Público-Privada.

SENTIDOS EM FUNCIONAMENTO NO ENSINO DE SINTAXE:

UM OLHAR PARA A OCUPAÇÃO DO LUGAR DO SUJEITO

Ezilda Rosania Conceição Netto Beloni

RESUMO: Este trabalho consiste em apresentar parte de uma pesquisa realizada numa escola da rede pública do estado de Rondônia, na cidade de Vilhena, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS/Unemat/Cáceres, cuja base teórico-metodológica sustenta-se na Análise de Discurso Materialista, proposta por Michel Pêcheux, na França, e representada no Brasil por Eni Orlandi, na relação com a Semântica da Enunciação e com a História das Ideias Linguísticas. Visando a compreender como o ensino de gramática, de forma específica a sintaxe, está posto no livro didático em uso na escola, empreendemos este projeto com alunos de uma turma do oitavo ano, etapa do segundo segmento do ensino fundamental, objetivando a ressignificação do ensino e da aprendizagem em Língua Portuguesa. À luz das bases teóricas relacionadas, fizemos um recorte no âmbito da sintaxe, por entender que a sintaxe compreende a articulação da língua, neste caso, a língua portuguesa, destacando o componente “sujeito”. Tendo em vista o conhecimento das dificuldades apresentadas pela maioria dos alunos do ensino fundamental, de modo específico do sexto ao nono ano, neste campo de estudo, em que predomina o ensino pautado na organicidade da língua, é que investimos em uma prática de ensino inovadora, que se propõe à desestabilização dos sentidos que circulam como evidentes sobre o ensino de gramática, sedimentados nos instrumentos de ensino, a fim de desenvolvermos um trabalho de ensino de língua dando visibilidade ao funcionamento da língua. Para esta apresentação, mostraremos uma atividade em que daremos visibilidade às noções apresentadas pela Semântica da Enunciação, propondo um trabalho com o conceito de rede enunciativa, colocando em evidência a instauração do lugar do sujeito, que por sua vez, aciona o verbo, retirando-o do estado em se encontra no dicionário, constituindo-se como base para a predicação. Para dar consequência à articulação à AD e à HIL, o trabalho foi conduzindo de forma que se pudesse compreender como o componente sujeito, em funcionamento no texto, propõe mudanças significativas quanto aos efeitos de sentidos produzidos. Para tanto, mobilizamos uma tira, em circulação no do livro didático, a partir da qual pudemos compreender o imbricamento do verbal e do não-verbal, na construção dos sentidos, a partir da qual imprimiremos nossos gestos interpretativos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Gramática. Instrumentos Linguísticos. Lugar Sintático. Sentidos.

**JOGOS PARAFRÁSTICOS E POLISSÊMICOS EM TEXTUALIDADES SERIADAS:
EFEITOS DO FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA DIGITAL NO TRABALHO COM
MEMES EM SALA DE AULA**

Flávia Ferreira SANTANA (UNEMAT)
flavia.santana@unemat.br

Maristela Cury SARIAN (UNEMAT)
maristelasarian@unemat.br

RESUMO: Este trabalho apresenta um recorte de uma das atividades constitutivas do *corpus* de nossa Dissertação, que foi desenvolvida em uma turma de 9º ano do E. Fundamental, de uma escola pública, estadual, no campo, no município de Baliza-GO, como parte dos trabalhos realizados no Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, unidade de Cáceres-MT. Filiado à perspectiva materialista da Análise de Discurso, ancora-se nos efeitos do discurso da conectividade Dias (2015) na constituição dos sujeitos e dos sentidos do século XXI. Criamos as condições aos alunos de realizarem gestos de leitura no digital, em sala de aula, a partir da textualidade seriada meme (DIAS, 2019), mobilizando a imbricada relação verbal/não-verbal em composição nesta materialidade (LAGAZZI, 2015). A fim de desestabilizar os sentidos que circulam como evidentes na escola sobre texto, leitura e escrita, privilegiamos a produção de leitura, por meio da constituição de um arquivo de leitura, desestabilizando uma rede de sentidos evidentes, como forma de, pela constituição de um espaço polêmico das maneiras de ler (PÊCHEUX, 2014), trazer à cena a produtiva e tensionada relação repetição-regularização-deslocamento (DIAS, 2019), pelo funcionamento da memória metálica/memória discursiva (COELHO, 2014), fazendo funcionar a memória digital. (DIAS, 2018). Para a circulação dessas formulações, condição para se instalar o efeito de autoria (GALLO, 1989), criamos uma página do projeto no Facebook. Ao filiar este trabalho à perspectiva discursiva, entendemos ter sido possível colocar em evidência a opacidade/a incompletude da língua e a contradição constitutiva dos processos de textualização de memes. Desta forma, acreditamos ter produzido as condições para irromper os gestos de autoria em sala de aula, desestabilizando o discurso autoritário em funcionamento, a partir da entrada das discursividades digitais, em seu caráter material, significadas como possibilidade de (re)significar o ensino de língua.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Textualidades Seriadas. Escola. Digital. Gestos de Autoria.

ENTRE PARÂMETROS, ORIENTAÇÕES E BASES NACIONAIS:

SENTIDOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO

Lara RIBEIRO SILVA (UNICAMP)
lararsilva22@gmail.com

Michel MARQUES DE FARIA (UNICAMP)
michelmarques@id.uff.br

RESUMO: No arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista (PÊCHEUX, 2014a, 2014b; ORLANDI, 2013) em articulação à História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 2014[1992]; ORLANDI, 2001), há dois tripés constitutivos dessa última em sua singularização no Brasil: de um lado temos a relação Língua/Conhecimento/Sociedade e do outro a relação entre Língua/Estado/Nação. Tanto em um quanto em outro, a questão da língua é posta em evidência, de modo que nos permite pensá-la como questão de estado (cf. Gadet e Pêcheux, 2010), ou seja, uma relação em que se fazem políticas linguísticas para a formação de uma língua nacional. Formação essa que se dá por “uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças” (GADET & PÊCHEUX, 2010, p. 37) e que produz unidade na diversidade. Nesse sentido, pensar a língua enquanto questão de estado é pensar as séries de políticas que se fazem no processo de formação de uma língua nacional, mas é também pensar tais políticas no processo de manutenção de tal língua nacional por meio da produção de conhecimento sobre ela. Se fazemos tais questões movimentarem-se para o ambiente escolar, tais políticas linguísticas se fazem sensíveis por meio de uma série de documentos que são norteadores da educação brasileira. Diante disso, o presente trabalho propõe-se a analisar, discursivamente, os três principais documentos norteadores da educação brasileira nas últimas décadas no que tange ao ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Para isso, tomamos em nossos gestos analíticos os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), as Orientações Curriculares Nacionais (2006) e a Base Nacional Curricular Comum (2018). Objetivamos refletir, frente a pesquisas já publicadas sobre eles - como Dias & Nogueira (2017) e Silva (2017) - sobre as políticas linguísticas que emergem de cada documento a partir de suas nomenclaturas. Para dar início às nossas análises, consideramos que nomear é da ordem da ideologia, isto é, a representação da “relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER in BRANDÃO, 2012, p.24). Entendemos, então, que nomear um documento de parâmetros, orientações ou de base, já é um indicativo da(s) formação(ões) discursiva(s) que se constituem e de quais redes de sentidos são movimentadas. Objetivamos compreender, a partir disso, os sentidos que se colocam para a educação, a partir da formulação de políticas públicas, especialmente para o ensino da língua chamada “materna” e “nacional”.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. História das Ideias Linguísticas. Políticas Linguísticas. Políticas Públicas de Língua.

AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DOS GOVERNOS FHC (1995-2002) E LULA (2003-2010): “ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA” E “BRASIL ALFABETIZADO”

Tatiana Freire de MOURA (PPGEL/UFF)
tatianafreire@id.uff.br

Fernanda Gonçalves de LAIA (PPGEL/UFF)
felaia@id.uff.br

RESUMO: Este artigo, que tem como escopo teórico a Análise do Discurso, propõe uma reflexão sobre políticas públicas voltadas para a educação, especialmente, para a alfabetização de jovens e adultos, nos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). A Análise do Discurso, tal como proposta por Pêcheux (1969), Orlandi (1983) e Mariani (1998), dentre vários autores, entende que a relação entre linguagem e história tem uma materialidade e é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos. A fim de efetivar a reflexão proposta, foi selecionado e organizado um *corpus* composto por duas propagandas de alfabetização: a que divulgava o Programa Alfabetização Solidária (FHC) e a voltada para o Programa Brasil Alfabetizado (Lula). A primeira circulou nos anos 1990, enquanto a segunda nos anos 2000. Objetiva-se compreender o funcionamento discursivo dessas duas políticas públicas nacionais de combate ao analfabetismo assumiram características desses dois governos do Brasil, em diferentes condições de produção. Nesta análise, observam-se os efeitos de sentidos que se produzem, a partir das propagandas governamentais, para os sujeitos brasileiros jovens e/ou adultos dos anos 1990 e 2000, sobre ser analfabeto ou alfabetizado, sobre seus modos de estar na sociedade brasileira e no mundo. Dito de outro modo, observam-se as posições-sujeito que se configuram nestas políticas, a partir do que se diz e se mostra visualmente sobre elas, no discurso publicitário. De uma maneira geral, as duas propagandas intervêm na produção de um imaginário do que seriam o Brasil e o brasileiro a partir de dois vetores: os sentidos de alfabetização e o modo de significar a posição-sujeito analfabeto. O mundo letrado, da letra escrita, é um mundo cifrado para os não alfabetizados, sendo, portanto, um mundo de exclusões, sobretudo quando tomamos o contexto urbano. Podemos dizer que a primeira propaganda está voltada para o empresariado, aquele que pode vir a empregar uma massa trabalhadora excluída do mercado de trabalho em função do analfabetismo. Já a segunda propaganda, veiculada durante o primeiro governo Lula, está mais voltada para aqueles que querem se inserir melhor no mercado de trabalho, mas que encontram obstáculo no analfabetismo.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso publicitário. Políticas públicas de alfabetização. Alfabetização Solidária. Brasil Alfabetizado.

